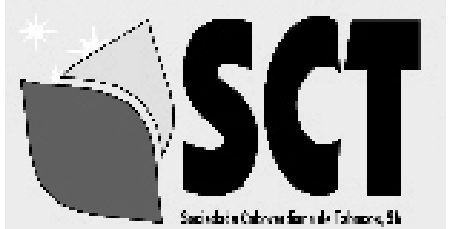


UE reconhece parceria especial

Pág. 2



Actualidade

MUDANÇAS NA PJ

Pág. 13

Social

ALEGADO PEDÓFILO
EM LIBERDADE

Pág. 14

PR “trava” taxas rodoviárias ao Governo

Pág. 4

Seguro de Acidentes de Trabalho OBRIGATÓRIO E FACULTATIVO

Mesmo cumprindo todas as regras de segurança, os acidentes acontecem. Por isso a **GARANTIA** criou este produto, com o objectivo de prevenir e minorar as consequências de acidentes que podem ocorrer na actividade laboral.



mais perto de si

Praia readquire Delegação de Estatuto Pleno

Praia vai readquirir, até ao final do ano, a Delegação da Comissão Europeia de Estatuto Pleno, equiparada a embaixada, um estatuto que perdeu há cinco anos atrás, passando a depender da representação em Dakar. Mas de Bruxelas vem outra boa nova: pela segunda vez, a expressão “*parceria especial*”, no caso com Cabo Verde, é usada em documentos oficiais da CE assinados por altos responsáveis da instituição, o que indica que esta designação já não circula apenas nos bastidores, caminhando a passos largos para a oficialização.



Comissão Europeia começa a “*oficializar*” parceria especial

A Comissão Europeia vai voltar a ter em Cabo Verde uma representação ao mais alto nível. Bruxelas deixa assim de ter no arquipélago uma mera extensão regionalizada, dependente da delegação europeia no Senegal, tornando-se numa Delegação de Pleno Direito, dirigida por um Encarregado de Negócios, equiparado a embaixador.

Cabo Verde teve uma delegação da CE com este estatuto até há cerca de cinco anos atrás, que foi “*despromovida*”, passando a estar dependente da representação em Dakar.

Entretanto, as recentes investidas do Executivo cabo-verdiano no sentido de se criar uma parceria especial com a União Europeia levaram Bruxelas a repensar a sua relação com Cabo Verde. Além dos apoios expressos de vários países amigos (especialmente de Portugal, de Espanha e do Luxemburgo), é de destacar o “*lobby*” do eurodeputado português José Ribeiro e Castro (foto), que tem vindo a apoiar o arquipélago neste processo de aproximação com Bruxelas.

Falando ao **A Semana** por telefone a partir de Bruxelas, Ribeiro e Castro congratulou-se com esta subida de estatuto da delegação, anunciada pela Comissária pelas Relações Externas e Política Europeia de Vizinhança, Benita Ferrero-Waldner, numa carta que responde a uma pergunta do eurodeputado sobre esta matéria. Nessa pergunta escrita, o antigo líder do CDS-PP em Portugal questiona Ferrero-Waldner sobre

a “*inconveniência*” de Dakar estar a intermediar os contactos entre Cabo Verde e a União Europeia, num processo em que ambas as partes mostram tanto “*empenhamento*” numa relação mais directa. Na resposta, também escrita, dirigida a Ribeiro e Castro, e com data de 11 do corrente, diz deverá “*acontecer o mais rapidamente possível*”.

Ferrero-Waldner adianta também que “*as modalidades práticas de tal mudança de estatuto, que implica a mobilização de recursos humanos e financeiros, estão a ser analisadas*”. No entanto, aconteça o que acontecer, a responsável garante, expressamente, que até final do ano Cabo Verde volta a ter uma representação da União Europeia ao mais alto nível.

“*A Comissão está plenamente consciente do papel que Cabo Verde poderá desempenhar na região. O desenvolvimento progressivo da parceria especial entre a União Europeia e Cabo Verde implica um reforço das relações entre os parceiros em diferentes sectores, cuja importância é reconhecida pela Comissão*”, escreve Ferrero-Waldner no início da sua missiva.

Para Ribeiro e Castro, esta resposta tem dois valores. É antes de mais “*um compromisso oficial*” da Comissária sobre a delegação. Além disso é já “*o segundo documento oficial da CE em que está escrita claramente a expressão ‘parceria especial’*”.

Depois da carta, de Dezembro passado, em que o comissário para

o Desenvolvimento, Louis Michel, assumia oficialmente a ideia da parceria especial, esta resposta prática de Benita Ferrero-Waldner significa que esta aproximação a Cabo Verde atingiu em definitivo o plano da irreversibilidade nos decisores de Bruxelas. “*Deixou de ser uma expressão usada nos corredores e passou a ser oficial*”, conclui Ribeiro e Castro.

O próximo passo, alcançada mais uma meta, é a realização de um Fórum UE-Cabo Verde, que poderá acontecer durante a presidência portuguesa da União Europeia (segundo semestre de 2007) ou no primeiro trimestre de 2008.

O eurodeputado avança que este fórum vai dar corpo à parceria, estabelecendo o seu figurino. “*Da parte de Cabo Verde, o Governo pode enviar quem quiser. Da parte da comissão, está definido que participam especialistas de áreas que interessam à UE, ou seja, técnicos da cooperação ao nível dos países ACP (África, Caraíbas e Pacífico), da política de segurança, da política de vizinhança e da política para as regiões ultraperiféricas*”, adianta.

O relatório sobre Política Europeia de Vizinhança, aprovado pelo plenário de Estrasburgo em 2006, foi o “*primeiro marco*” favorável a Cabo Verde neste processo da parceria especial, explica o eurodeputado: “*Nesse documento fica estabelecida uma aproximação primeiro aos países de Leste e depois aos do Sul, na bacia do Mediterrâneo, e Cabo*

Verde aparece como estando na fronteira sul do Atlântico”. Desde então, “*o caminho tem-se feito de forma ascendente*”.

O eurodeputado acredita, por isso, que a parceria se vai concretizar, mas, questionado sobre os moldes em que poderá ser aprovada, já que se pondera ser necessário o apoio de dois-terços do Parlamento Europeu, o representante português em Bruxelas diz que isso dependerá do “*figurino jurídico que se criar*” e do “*capital de simpatia*” que Cabo Verde reunir.

A conquista desse capital levou Victor Borges, esta semana, a Bruxelas, onde esteve a contactar governantes do Estados-membros da UE, em especial dos países de Leste. **A Semana** sabe que, desse grupo, pelo menos a República Checa já se manifestou favorável a uma parceria especial.

Ribeiro e Castro encontrou também Borges esta semana, na cidade belga. O eurodeputado afirma que vai continuar a defender os interesses de Cabo Verde, já que “*enquanto representante de Portugal deve procurar traduzir não só os interesses portugueses, mas também os dos países lusófonos*”. “*Cabo Verde é um país muito especial, pela diáspora e pela sua cultura, mas também porque, em termos internacionais, tem um bom desempenho, ao nível, por exemplo, da boa governação e da democracia, que deve ser elogiado e estimulado*”, conclui.

Rita Vaz da Silva

PRIMÁRIAS EM S.FILIFE

O processo das primárias em S.Filipe conhece novos desenvolvimentos, com uma carta da candidatura de Luís Pires, remetida esta semana ao Conselho Nacional de Jurisdição e Fiscalização, solicitando que este órgão central do PAICV mande criar uma comissão paritária para conduzir as primárias naquele concelho da ilha do Fogo. O presidente da CNJF, Honório Brito, confirma ter recebido a missiva e promete uma posição sobre o assunto o mais rapidamente possível.



CNJF vai intervir no processo

A carta da candidatura de Luís Pires, a que **A Semana** teve acesso através de outras fontes, foi remetida na terça-feira última ao Conselho Nacional de Jurisdição e Fiscalização, com cópia ao secretário-geral do PAICV, Mário Matos. Outros dirigentes locais e nacionais conhecem também o conteúdo do citado documento.

Em causa está sobretudo o nº2 do artigo 2º do Regulamento das Primárias, utilizado em 2003 em S.Vicente, que preconiza que o processo deve ser conduzido pela Comissão Sectorial de Jurisdição e Fiscalização. “A carta da candidatura de Luís Pires pede ao

CNJF para anular esta cláusula, e que em seu lugar seja criada uma Comissão Eleitoral Paritária para conduzir todo o processo das eleições primárias no Concelho de S. Filipe”.

O informante deste jornal, que pediu anonimato, garante que a candidatura de Pires pretende, com o referido pedido, provocar a intervenção do Conselho Nacional de Jurisdição e Fiscalização no processo, e garantir à partida que todo o processo decorra de forma imparcial e transparente. “Tudo na perspectiva de evitar que venham a surgir especulações e atritos desnecessários que possam pôr em causa a coesão interna do partido

depois das eleições primárias”.

A missiva que vimos referindo exige ainda o pronunciamento do CNJF quanto à recente interpretação que o Conselho do Sector de S.Filipe deu ao nº1 do artigo 19º dos Estatutos do PAICV em vigor, o qual estabelece que, a haver mais que um candidato, a Comissão Política Nacional deve ouvir aquele órgão regional antes de marcar as primárias. E não votar num dos disponíveis para concorrer à Câmara, como chegou a acontecer.

O presidente da Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização confirma ter recebido a carta da candidatura de

Luís Pires. “Recebemos a carta da candidatura de Luís Pires e vamos reunir o CNJF para tomar uma posição, o mais rapidamente possível, sobre as questões levantadas. Tudo com o propósito de contribuir para que o processo das primárias em S.Filipe decorra de forma transparente e sem perturbações”.

Honório Brito lembra que o órgão que preside, constituído por sete membros, tem o tempo suficiente para se pronunciar sobre a mencionada matéria, já que as primárias estão previstas para acontecer em finais de Julho deste ano.

ADP

MpD já tem candidatáveis para da Brava



O MpD na Brava está na iminência de convocar uma assembleia concelhia para escolher, através do voto dos militantes, o seu cabeça-de-lista à Câmara Municipal nas eleições de 2008. Pedro Morais, Ana Morais, Samuel Baptista e José Maria Barros, são referidos como candidatáveis àquele lugar.

O MpD poderá, por pressão das bases, vir a convocar uma assembleia concelhia para escolher, por voto secreto dos militantes, o seu candidato à CMB nas municipais de 2008. Trata-se, porém, de um procedimento que precisa ser validado pela Comissão Política Nacional, já que o estatuto do MpD não contempla a figura de primárias.

Os ventoinhas bravenses apontam neste momento, quatro nomes como possíveis de encabeçar a lista do MpD para a CMB. São eles Pedro Morais, Ana Morais, José Maria Barros e Samuel Baptista. Este último é desenhador de profissão e técnico da Cabo Verde Telecom. Barros, que é deputado da nação e actual coordenador do partido na ilha, foi presidente da CMB entre 1991 e 2000, quando foi destronado por Camilo Gonçalves, que permanece no lugar. Quantos aos irmãos João e Ana Morais, que parecem reunir mais apoios internos, um é médico e delegado de Saúde em Nova Sintra e a outra directora-geral da Solidariedade no MTS.

“Já ouvimos falar desses nomes como

possíveis candidatos do MpD à Câmara da Brava, mas o partido ainda não decidiu nada de concreto nesse sentido”, esclarece José Maria Barros, para quem todos os cenários possíveis ficarão definidos até finais de Junho próximo, o mais tardar.

Barros acrescenta que, concluído que está o processo de eleição da Comissão Política Regional, o MpD está a preparar-se para as autárquicas, em relação às quais pretende trabalhar com uma agenda própria, a ser definida brevemente. “Primeiramente vamos definir o perfil dos candidatos à presidência dos órgãos municipais e dos demais integrantes das listas. Iremos, de seguida, recolher junto das bases e da sociedade civil os subsídios para a elaboração da nossa Plataforma Eleitoral Autárquica. Havendo mais que um candidato à presidência dos órgãos municipais, vamos convocar uma assembleia concelhia para escolher o nosso cabeça-de-lista, podendo os militantes exprimir a sua vontade através do voto, caso tal vier a se mostrar necessário”.

José Maria Barros acha que o MpD está em condições de ganhar as municipais de 2008 na Brava. “Isto, desde que tenha um candidato à altura, disponha de uma Plataforma Eleitoral boa e comece a partir de agora a trabalhar nesse sentido”, perspectiva o dirigente ventoinha da Brava.

ADP

PR “veta” taxas rodoviárias ao Governo

A Presidência da República devolveu ao Governo um diploma referente à alteração das taxas rodoviárias por entender que o mesmo estava eivado de “insuficiências técnicas”. Alega o Palácio do Plateau que esta é uma competência da Assembleia Nacional. Mas contra esta posição há quem advogue que o PR foi “mal aconselhado”, defendendo que as taxas cobradas “em contrapartida de um serviço público” não estão abrangidas pela reserva exclusiva do parlamento.

O presidente Pedro Pires não promulgou um decreto-lei ao abrigo do qual o Governo pretendia alterar as taxas rodoviárias, devolvendo o diploma à procedência, apurou **A Semana**. Fontes conhecedoras dos meandros deste caso recusam-se, entretanto, a falar em “veto”, no sentido pleno da palavra, preferindo antes o termo “*devolução*” do diploma em causa para o Palácio da Várzea corrigir as “*insuficiências técnicas*” nele detectadas, em nome da “*cooperação institucional*” existente entre os dois órgãos de soberania.

Conforme o apurado por este jornal, entende a Presidência da República que a alteração das taxas rodoviárias, como aliás de outras taxas e impostos, é competência da Assembleia Nacional. Daí que para levar este assunto adiante por via de decreto-lei o executivo terá que solicitar, primeiro, a devida autorização legislativa ao parlamento.

Recorde-se que em duas ocasiões distintas, em 2001, por causa da lei do Orçamento do Estado e, em 2005, a propósito do valor do IVA a cobrar nos combustíveis, e por recurso interposto pelo MpD, o Tribunal Constitucional estabeleceu que, por imposição da alínea q do artigo 175 da CR, a definição de taxas e impostos é algo que cabe em exclusivo ao parlamento. E ponto final.

O artigo em causa da CR diz que “*compete exclusivamente à Assembleia*

Nacional fazer leis sobre as seguintes matérias: Bases do sistema fiscal bem como criação, incidência e taxas de impostos e o regime das garantias dos contribuintes”.

No entanto, Geraldo Almeida, que esteve envolvido na feitura da versão final do diploma agora “*devolvido*” pelo PR, diz que a polémica gerada em 2002 e 2005 nada tem a ver com o decreto-lei referente às taxas rodoviárias. “*Os juristas do PR estão a laborar num erro e não estão a interpretar bem a Constituição*”, defende.

Na opinião deste jurista, esta é uma “*taxa específica*” e, segundo o direito fiscal, em relação às taxas a “*reserva relativa*”, de competência da AN, abrange apenas o seu regime geral, não tendo a criação de cada taxa específica que ser aprovada pelo parlamento. Geraldo Almeida garante que já várias taxas e diplomas semelhantes a este foram aprovados pelo Governo e promulgados pelo PR, e exemplifica com o caso das taxas sobre as telecomunicações.

“*Isto não tem nada a ver com o artigo 175, alínea q da CR*”, sublinha Almeida, “*porque é uma matéria que diz respeito a uma taxa como contrapartida da oferta de um serviço público e não se trata de um imposto, que, esse sim, é da competência da Assembleia*”.

Uma terceira opinião refere, entretanto, que o problema pode estar no



facto de não haver no país, ainda, um regime geral de taxas, sendo este um problema que se coloca tanto a nível

das taxas rodoviárias, como mais tarde em relação às taxas aeroportuárias, aeronáuticas, etc. “*Cabe ao parlamento*



MODERNO

Uma firma eficiente para ll e servir







* Importação e comercialização de veículos novos: Toyota, Ford e Daewoo em versão de veículos usados de todas as marcas, peças e acessórios, com entrega imediata. Especialização em todos os mercados.

Sede: Oficina (Bairro Moderno/Reboul) Av. Manuel de Azevedo - CP - 126 - Tel.: 2519664 - Fax: 2519708 - Loja: Rua Fátima Ferreira 43 - Tel.: 2315192-01152369/998502 - Fax: 23274758. Vicente - Casa Verde - Email: sandmoderno@evite.com.az

Pires, na China, destaca "governança iluminada" de Cabo Verde

O presidente da República destacou esta semana, na China, o percurso de Cabo Verde em direcção ao desenvolvimento. Segundo ele, uma das causas do sucesso destas ilhas é a "governança iluminada" do país, marcada por "escolhas muito claras a favor da educação, da cultura e da sabedoria". Pedro Pires foi uma das figuras de destaque durante a Assembleia-Geral que o Banco Africano de Desenvolvimento realizou em Xangai, a segunda a ter lugar fora do continente africano.

Ao discursar na terça-feira, 15, durante o evento, Pedro Pires dissertou acerca da caminhada de Cabo Verde ao longo destes quase 32 anos de independência, um período em que este arquipélago deixou a cauda dos países mais pobres do mundo, em especial de África, para ser hoje um PDM, isto é, país de rendimento médio. "Compreendemos muito cedo, em Cabo Verde, que a educação e a cultura são pilares do desenvolvimento socio-económico", apontou.

Representado ainda nessa cimeira pela ministra das Finanças, Cristina Duarte, Cabo Verde foi apresentado como um "study case" pelo BAD, dada a forma como a Cidade da Praia tem sabido gerir os fundos que esse banco tem colocado à disposição do desenvolvimento destas ilhas. Note-se que entre os vários empreendimentos financiados por essa instituição continental, consta o Aeroporto Internacional da Praia, uma infra-estrutura apontada hoje em dia como peça fundamental para o desenvolvimento futuro de Santiago.

Mas, como nem só de betão é feito o progresso, Pedro Pires procurou demonstrar que a excepcionalidade cabo-verdiana tem também como base a democracia, consubstanciada por uma "governança metódica que garante às instituições públicas um funcionamento eficiente".

Apesar de tudo, PP não deixou de se referir à vulnera-

bilidade a que o país ainda se encontra sujeito, mesmo com a sua graduação a PDM. "Cabo Verde", alertou, "permanece um país insular extremamente frágil. Temos consciência disso e trabalhamos para enfrentar os desafios importantes. Para chegar lá, optamos claramente pela diversificação dos nossos parceiros externos. A esse respeito, as perspectivas de cooperação afro-asiáticas interessam-nos no primeiro plano".

China perdoa dívida a Cabo Verde

O Governo chinês vai perdoar, uma vez mais, uma dívida de Cabo Verde, desta vez calculada em 30 milhões de yuans, à volta de 400 mil contos. Mais, vai doar outros 400 mil contos ao nosso país, a serem aplicados em projectos de investimento. O documento nesse sentido foi rubricado na quarta-feira, 17, em Pequim, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Victor Borges, e o seu homólogo chinês. No quadro desta sua deslocação Borges assinou ainda mais três outros protocolos com as autoridades chinesas.

Não é a primeira vez que a China perdoa uma dívida a Cabo Verde - perdoou antes os empréstimos que fez ao nosso país para a construção dos palácios da Assembleia Nacional e do Governo, bem como da Biblioteca Nacional e do Auditório Nacional. Pequim vai também passar a isentar os produtos de fabrico cabo-verdiano do pagamento de quaisquer direitos quando entrem no seu território, um acto mais simbólico do que prático, tendo em vista as nulas exportações cabo-verdianas para o gigante asiático.

Para além de Pequim, Victor Borges está também a visitar a região administrativa especial de Macau, onde terá contactos com o Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Empresarial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

atrasar a reforma em curso no sector rodoviário, um programa apoiado pelo Banco Mundial. Por exemplo, desde 2005 que se encontra aprovado o decreto que regula o funcionamento do Fundo Autónomo de Manutenção de Estradas que, por sua vez, abre caminho às Taxas de Serviço de Manutenção Rodoviária (TSMR), que o governo quis agora estabelecer por via de decreto-lei. É com os recursos desse fundo que se pretende assegurar a normal conservação e manutenção das estradas no país.

MELINDRE

A atitude de Pedro Pires traz de novo ao de cima a controvérsia em torno dos impostos e taxas, um assunto que tem feito correr muita tinta desde 2002. Para algumas das fontes consultadas por **A Semana**, a "incongruência" nem sequer está no PR que, alegadamente, preferiu não deixar passar o diploma em causa, ainda que noutras ocasiões tenha, supostamente, agido de modo diferente. "A aberração está no próprio sistema cabo-verdiano", sublinha um jurista.

Já em 2002, recorde-se, quando esta polémica estourou, o fiscalista português Ricardo Sá Fernandes não só considerou "excessiva" a posição do MpD em relação a esta matéria, como defendeu uma solução que permitisse ao governo alterar taxas "até um determinado montante, de forma a dar-lhe alguma capacidade de manobra". E em relação "às normas de incidência dos impostos" defendeu que se poderia "continuar a exigir uma maioria qualificada para a alteração" desse quesito (ver **A Semana**, 558, 24-05-02). Note-se que Sá Fernandes fez essas afirmações no quadro de umas jornadas parlamentares realizadas pelo próprio MpD.

Dado o estilo da sua actuação, e numa linha instituída pelo seu antecessor Mascarenhas Monteiro, Pedro Pires tem, de acordo com observadores vários, procurado evitar embaraços públicos ao executivo decorrentes, por exemplo, de um veto presidencial. É assim que, em vez do veto, tem preferido chamar a atenção do governo para eventuais falhas ou deficiências dos diplomas que lhe são apresentados para promulgação, sugerindo, amiúde, as alterações que devem ser feitas, explicou uma das fontes deste jornal.

Esta prática, segundo as mesmas fontes, não se aplica apenas ao Governo, mas também a outros sujeitos políticos, nomeadamente o parlamento. Aliás, por coincidência e ironia, um desses casos aconteceu também há poucos dias com a lei orgânica da Presidência da República, aprovada recentemente por unanimidade pela AN e cuja versão final enviada para promulgação padecia de certas "insuficiências", de natureza formal, daí a sua devolução também à origem para a necessária "harmonização".

JVL/RVS

definir esse regime geral, podendo também o governo fazê-lo desde que munido da devida autorização legislativa", defende esta terceira voz, igualmente abalizada. Querendo ou não, defende também, "tudo indica que o PR, para se acautelar, foi desta vez mais rigoroso no seu escrutínio". Isso independentemente dessa atitude estar ou não relacionada com as polémicas de 2002 e 2005.

Controvérsias à parte, a devolução pelo PR do decreto-lei em causa vem

Cabo Verde ainda é nosso?



GERMANO ALMEIDA

“Na verdade somos tontos! Porque não é a nós que eles querem, querem apenas a nossa terra que descobriram paradisíaca e estão a comprar num tipo de processo que muito faz lembrar a forma como o rei Leopoldo da Bélgica comprou o Congo. Mas paciência, o que tem que ser tem muita força!”

Alguém já comparou o frenesim que se vive à escala nacional no que se refere à venda de terras com o que foi a correria ao ouro nas Américas: à custa desse património todos querem enriquecer depressa e bem, a começar pelo Estado, a continuar nas autarquias, a acabar nos particulares. Todos indiferentes à verdade de ser esse um bem que pela sua raridade a nível planetário mereceria ser alienado com particulares cuidados e recatos, em vez desse desenfreamento que levou já um francês a declarar Cabo Verde *um arquipélago à venda*.

É pouco crível que em alguma época da nossa história se tenha feito tanta justificação notarial a transformar simples aforamentos em propriedade plena, e é sem dúvida um caso digno de exame sociológico a maneira desprendida como estamos a passar para mãos estrangeiras, a troco de meia dúzia de patacas, o que temos de único, quando até há bem poucos anos atrás as brigas por palmos de terra roubados na colocação dos moroços eram verdadeiramente homéricas e memoráveis.

Claro que quem manda e mais vende diz que os alarmistas exageram, entre o vendido e o à venda nem chega a 15% do país. Pode ser verdade, resta é saber se essa fatia não representa as partes melhores das ilhas.

Mas no meio desse ganhe quem puder mais, não deixa de ser curiosa a reacção do presidente do Conselho de Administração da ASA à “invasão” da pista do aeroporto da Boa Vista pelos proprietários de terrenos que foram “expropriados” (esbulhados, dizem os interessados) para aquela construção, e que até agora não foram indemnizados. Segundo ele, essas pessoas obrigaram a ASA a fechar o aeroporto durante 1h30, e essa atitude é condenável a todos os níveis, pois que está em jogo a imagem de Cabo Verde que saiu seriamente beliscada com esse incidente. Razão por que essas pessoas devem ser judicialmente responsabilizadas por esse caso que “representa custos elevadíssimos” para a ASA.

Toda a gente diz que à mulher de César não basta ser séria, ela tem também que parecer. E diante disso, tende-se a esquecer a inversa que é igualmente verdadeira, a saber: não basta à dona parecer séria, é importante que também o seja! Ora nós outros que nos mostramos permanentemente preocupados com aquilo que no estrangeiro se diz ou se pensa de nós, descuidamo-nos do que somos levados a pensar de nós próprios. Num belo poema que merece ser mais vezes relembrado, o poeta Oliveira Barros já lamentava o facto de os letrados caboverdianos buscarem sempre o

consagrante olhar de Lisboa e fazerem tudo em função da hipnose que Lisboa representava.

Ora hoje, com a vastidão da globalização, já não é apenas esse consagrante olhar que os nossos políticos buscam, hoje já é o mundo inteiro que acreditamos ter os olhos postos em nós e nos nossos passos, e vigia não apenas os nossos actos como até as nossas palavras, como até os nossos sonhos mais inconscientes. Na verdade somos tontos! Porque não é a nós que eles querem, querem apenas a nossa terra que descobriram paradisíaca e estão a comprar num tipo de processo que muito faz lembrar a forma como o rei Leopoldo da Bélgica comprou o Congo. Mas paciência, o que tem que ser tem muita força!

Acontece apenas que nessa preocupação de agradar ao mundo, o nosso Governo tende a esquecer que nós também somos gente, que não só somos nós que aguentamos e damos vida à Tapadinha (pelo menos por enquanto, confesso o meu medo quando ouço falar das milhares pessoas que se pretende meter nas ilhas), como também que pagamos impostos, muito mais aliás que qualquer estrangeiro, ao ponto de há bem poucos dias um deles ter afirmado em palestra que os caboverdianos são discriminados, só que negativamente, em qualquer parte do mundo os estranhos pagam mais impostos (o que aliás é verdade, eu pago na Europa 25% sobre direitos de autor enquanto que os seus nacionais pagam 10%), menos em Cabo Verde.

No entanto temos olhos e ouvidos e direito a voto, vamos observando e tomando nota do que se vai passando no nosso país, e francamente que não é do nosso agrado estar a verificar um quase compulsivo cumprimento da palavra quando dada a um estrangeiro, e um correspondente e completo descaso quando se trata de garantir o que foi comprometido com os nacionais.

Por exemplo, e voltando ainda à questão da “invasão” da pista do aeroporto da Boa Vista. Claro que tem toda a razão o presidente do Conselho de Administração da ASA quando chama a atenção para a segurança do aeroporto posta em causa pelos “invasores”. Porém, já não parece correcto que igualmente tenha razão quando pretende que a partir do momento em que o Estado-esbulhador-mau-pagador entregou os terrenos à ASA, esses passam a pertencer-lhe por direito, estando por isso vedado aos proprietários não ressarcidos qualquer direito de actuação sobre os mesmos. Um raciocínio assim elaborado até pode ter algum valor jurídico, não sei, tenho dúvidas, porém na vida prática ele não funciona, pela simples razão de que a única coisa que

as pessoas sabem é que lhes foi feita uma promessa de pagamento pela expropriação daqueles terrenos e passados x meses ou anos sobre esse acto, já com o aeroporto construído e pronto para ser inaugurado, ainda estão por receber o que lhes é devido.

Mas não é só essa gente. Confrange ouvir na rádio e na televisão que os enfermeiros, os professores, os trabalhadores em geral, ameaçam ou chegam mesmo a entrar em greve porque o Governo comprometeu-se com tais e tais encargos e pura e simplesmente não cumpre. Dizia-me há dias um sindicalista militante do PAICV, custa a crer que este Governo tem relutância em respeitar acordos por nós assinados com o MpD e que esse partido cumpriu escrupulosamente.

Mas a vergonha nacional maior foi sem dúvida a lavagem de roupa entre o Governo e a Câmara de S.Vicente. É um exemplo que devia dispensar comentários, não fosse a necessidade de se dizer que instituições do país que tinham especial dever de se preservarem estão a deixarem-se trivializar, chegando ao ponto de a autarca de S.Vicente se permitir especular se determinados projectos de investimento não terão sido aprovados apenas porque entre os accionistas constam “camaradas do primeiro-ministro e do PAICV”.

Ora essa é sem dúvida alguma uma clara afirmação de que o primeiro-ministro se deixa corromper pelos seus camaradas, afirmação essa tanto mais grave quanto é certo que uma das bandeiras deste Governo é a ostentação da imagem de “boa governação”, ao ponto de certa vez ter um dirigente do PAICV dito que pôr em causa a boa governação de Cabo Verde é “pôr em causa todo o processo de desenvolvimento destas ilhas e todos os valores nobres que ao longo dos tempos têm mobilizado os cabo-verdianos que sonham com um País mais livre, mais plural, mais justo, mais democrático, mais solidário, mais prospero, mais útil e mais conhecido e, por consequência mais global”. De modo que eu ouvi aquelas palavras e pensei, Vai haver uma forte e justificada reacção a afirmação tão grave e claramente atentatória do bom nome do primeiro-ministro, ninguém vai acreditar que isso pode ficar só assim.

Mas ficou! Pelo menos que se saiba! E é assim que vamos acompanhando o nosso país a ser transformado numa arena onde fica legítimo a qualquer um acusar ou insultar impunemente seja quem for, a começar pelo presidente da República, a passar pelo Primeiro-Ministro, a acabar em quem estiver a jeito.

PRIMÁRIAS EM S.FILIPE

O processo das primárias em S.Filipe conhece novos desenvolvimentos, com uma carta da candidatura de Luís Pires, remetida esta semana ao Conselho Nacional de Jurisdição e Fiscalização, solicitando que este órgão central do PAICV mande criar uma comissão paritária para conduzir as primárias naquele concelho da ilha do Fogo. O presidente da CNJF, Honório Brito, confirma ter recebido a missiva e promete uma posição sobre o assunto o mais rapidamente possível.



CNJF vai intervir no processo

A carta da candidatura de Luís Pires, a que **A Semana** teve acesso através de outras fontes, foi remetida na terça-feira última ao Conselho Nacional de Jurisdição e Fiscalização, com cópia ao secretário-geral do PAICV, Mário Matos. Outros dirigentes locais e nacionais conhecem também o conteúdo do citado documento.

Em causa está sobretudo o nº2 do artigo 2º do Regulamento das Primárias, utilizado em 2003 em S.Vicente, que preconiza que o processo deve ser conduzido pela Comissão Sectorial de Jurisdição e Fiscalização. “A carta da candidatura de Luís Pires pede ao

CNJF para anular esta cláusula, e que em seu lugar seja criada uma Comissão Eleitoral Paritária para conduzir todo o processo das eleições primárias no Concelho de S. Filipe”.

O informante deste jornal, que pediu anonimato, garante que a candidatura de Pires pretende, com o referido pedido, provocar a intervenção do Conselho Nacional de Jurisdição e Fiscalização no processo, e garantir à partida que todo o processo decorra de forma imparcial e transparente. “Tudo na perspectiva de se evitar que venham a surgir especulações e atritos desnecessários que possam pôr em causa a coesão interna do partido

depois das eleições primárias”.

A missiva que vimos referindo exige ainda o pronunciamento do CNJF quanto à recente interpretação que o Conselho do Sector de S.Filipe deu ao nº1 do artigo 19º dos Estatutos do PAICV em vigor, o qual estabelece que, a haver mais que um candidato, a Comissão Política Nacional deve ouvir aquele órgão regional antes de marcar as primárias. E não votar num dos disponíveis para concorrer à Câmara, como chegou a acontecer.

O presidente da Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização confirma ter recebido a carta da candidatura de

Luís Pires. “Recebemos a carta da candidatura de Luís Pires e vamos reunir o CNJF para tomar uma posição, o mais rapidamente possível, sobre as questões levantadas. Tudo com o propósito de contribuir para que o processo das primárias em S.Filipe decorra de forma transparente e sem perturbações”.

Honório Brito lembra que o órgão que preside, constituído por sete membros, tem o tempo suficiente para se pronunciar sobre a mencionada matéria, já que as primárias estão previstas para acontecer em finais de Julho deste ano.

ADP

MpD já tem candidatáveis para da Brava



O MpD na Brava está na iminência de convocar uma assembleia concelhia para escolher, através do voto dos militantes, o seu cabeça-de-lista à Câmara Municipal nas eleições de 2008. Pedro Morais, Ana Morais, Samuel Baptista e José Maria Barros, são referidos como candidatáveis àquele lugar.

O MpD poderá, por pressão das bases, vir a convocar uma assembleia concelhia para escolher, por voto secreto dos militantes, o seu candidato à CMB nas municipais de 2008. Trata-se, porém, de um procedimento que precisa ser validado pela Comissão Política Nacional, já que o estatuto do MpD não contempla a figura de primárias.

Os ventoinhas bravenses apontam neste momento, quatro nomes como possíveis de encabeçar a lista do MpD para a CMB. São eles Pedro Morais, Ana Morais, José Maria Barros e Samuel Baptista. Este último é desenhador de profissão e técnico da Cabo Verde Telecom. Barros, que é deputado da nação e actual coordenador do partido na ilha, foi presidente da CMB entre 1991 e 2000, quando foi destronado por Camilo Gonçalves, que permanece no lugar. Quantos aos irmãos João e Ana Morais, que parecem reunir mais apoios internos, um é médico e delegado de Saúde em Nova Sintra e a outra directora-geral da Solidariedade no MTS.

“Já ouvimos falar desses nomes como

possíveis candidatos do MpD à Câmara da Brava, mas o partido ainda não decidiu nada de concreto nesse sentido”, esclarece José Maria Barros, para quem todos os cenários possíveis ficarão definidos até finais de Junho próximo, o mais tardar.

Barros acrescenta que, concluído que está o processo de eleição da Comissão Política Regional, o MpD está a preparar-se para as autárquicas, em relação às quais pretende trabalhar com uma agenda própria, a ser definida brevemente. “Primeiramente vamos definir o perfil dos candidatos à presidência dos órgãos municipais e dos demais integrantes das listas. Iremos, de seguida, recolher junto das bases e da sociedade civil os subsídios para a elaboração da nossa Plataforma Eleitoral Autárquica. Havendo mais que um candidato à presidência dos órgãos municipais, vamos convocar uma assembleia concelhia para escolher o nosso cabeça-de-lista, podendo os militantes exprimir a sua vontade através do voto, caso tal vier a se mostrar necessário”.

José Maria Barros acha que o MpD está em condições de ganhar as municipais de 2008 na Brava. “Isto, desde que tenha um candidato à altura, disponha de uma Plataforma Eleitoral boa e comece a partir de agora a trabalhar nesse sentido”, perspectiva o dirigente ventoinha da Brava.

ADP



São Filipe homenageia Teixeira de Sousa e Festas da Bandeira

A cidade de São Filipe vai ter, proximamente, dois novos monumentos. Um em homenagem ao escritor e médico fogueense Henrique Teixeira de Sousa e outro para perpetuar as festas da Bandeira de São Filipe. A decisão saiu da última reunião camarária.

O busto em homenagem a Teixeira de Sousa será erigido na Praceta do Rodrigo, frente ao edifício que pertencia aos pais do escritor, enquanto que o monumento às Festas da Bandeira levantar-se-á no Alto de São Pedro, praça que acolhe todos os anos as célebres corridas de cavalo da Bandeira de São Filipe.

Entretanto a equipa camarária já está a analisar uma proposta, por um escultor italiano, para a execução do busto de Teixeira de Sousa, que terá um custo aproximado de 28 mil euros, pouco mais de três mil contos. Já o monumento à bandeira custará 23 mil e 800 euros, cerca de 2 mil e 600 contos e nesse caso é o próprio escultor italiano a seleccionar e a adquirir os materiais.

As informações recolhidas por A Semana dão-nos conta de que as duas obras serão executadas à base de ferro, vidro e pedra e incluem um sistema de iluminação.

NMC

Casa da Memória volta Filmes



A Casa da Memória de São Filipe retoma, esta sexta-feira, 18, as sessões regulares de cinema. Estas noites de cinema na cidade de São Filipe contam com o apoio do Ministério da Cultura, na aquisição de materiais audiovisuais, e visam promover junto dos mais jovens e adultos uma forma diferente de ocupar as sextas-feiras, ao mesmo tempo que desperta neles o interesse pela arte cinematográfica.

Esta sexta-feira às 19h30 horas no pátio interno da Casa da Memória passa o filme "A Vida é Bela", do realizador italiano Roberto Benigni. Trata-se de uma ficção (1997), que recebeu sete prémios, entre os quais o de melhor filme, melhor actor, melhor roteiro original e melhor composição instrumental.

"Ladrões de Bicicleta", o segundo filme, também italiano, do realizador Vittorio de Sica, será exibido ainda este mês. A realidade social do pós-guerra e o humanismo dos protagonistas fazem deste filme uma obra-prima tanto da sua fase neo-realista como do cinema de todos os tempos.

É uma obra a preto e branco, realizada em 1948, que se destaca pela simplicidade do tema, a sensibilidade em retratar a realidade social.

NMC

Ludgero Correia lança segundo

Depois de "Baban, o ladino" é chegada a vez de "A viúva virgem", o segundo romance de António Ludgero Correia, que vai ser lançado na próxima quarta-feira, 23, na Biblioteca Nacional. Imparável aos 54 anos, o autor já tem em preparação um outro romance, "Os sapatos do defunto", ao mesmo tempo que vai preparando o lançamento do livro que se segue, este de crónicas políticas, "A correspondência do Fidalgo Preto".

António Ludgero Correia não esconde que gosta de escrever. O bicho da escrita, confessa, surgiu-lhe bastante jovem e numa altura em que era gago. "Hoje já não sou gago", afirma com descontração depois de todos estes anos de participação activa nos jornais, em especial em A Semana, onde publica artigos de análise política desde a primeira metade dos anos 90.

A revelação de que, além das coisas da política, ALC também era dado à escrita literária veio com a notícia de que ele havia ganhado o Prémio Sonangol em 2005 com "Baban, o ladino", um concurso em que, veio-se a saber na altura, participou também com um outro romance, "A viúva negra", que agora dá à estampa, na próxima quarta-feira, estando a apresentação a cargo de Filinto Elísio Silva. Esse lançamento acontece a menos de um mês de "Baban" ter sido lançado no mercado. Só por isso Ludgero Correia é, neste momento, um caso único no mundo das letras de Cabo Verde.

Dos dois romances, ALC não esconde a sua preferência por "A viúva negra". Isto porque se trata de um livro, revela, com "uma componente erótica muito forte", o que terá levado, talvez, o júri do Prémio Sonangol a preferir as aventuras de "Baban", embora "A viúva virgem" se tenha mantido na corrida até à fase final do concurso no meio de várias outras obras, designadamente, de Cabo Verde, Angola e outros países africanos de língua oficial portuguesa abrangidos pelo referido concurso.



"A viúva negra", explica ALC, gira em torno de Maninha, uma jovem de 19 anos, natural e residente em S. Domingos, que casa e enviúva em pouco mais de um ano. Vem a conhecer Samuel, um negociante de reses, divorciado, natural da Brava e residente na Vila Nova, Praia. Apesar de mal se tolerarem, quando caem em si estão nos braços um do outro. Algo que

Mayra Andrade vence prémio da crítica alemã

"Navega", o disco de estreia de Mayra Andrade, valeu à cantora "Preis der Deutschen Schallplattenkritik" – um prémio da crítica alemã, que é decidido por um júri de 114 críticos, autores e editores.

É com este prémio da German Record Critics' Award Association – que é apoiado pelo Ministério alemão da Cultura e dos Média e pelo State Institute for Music Research, entre outras instituições –, que Mayra Andrade prossegue a sua digressão pelo mundo, Europa, principalmente.

Este domingo, 20, a cantora canta no Purcell Room, em Londres (Reino Unido), no âmbito do

African Festival. Quatro dias depois, Mayra Andrade estará na região do Magrebe, onde actua no Festival de Azzemmour, em Marrocos.

No final do próximo mês inicia uma digressão por Portugal, que inclui actuações no África Festival (28 Junho), no Festival Sudoeste, na Zambujeira do Mar (2 de Agosto) e no Teatro Municipal de Faro, Algarve. E até Dezembro, Mayra Andrade desfilará a sua classe por diversos palcos, entre eles a Ilha da Reunião. Mas em Agosto volta à terra, para estar no Festival Baía das Gatas (São Vicente).

TSF



romance no espaço de um mês



nem a marcação cerrada de Manadona, madrinha de Maninha e amiga íntima de Samuel, severa guardiã da tradição e dos usos e costumes, consegue evitar.

Há outras personagens e outros motivos que levam Ludgero Correia a acreditar que esta é uma história que vale a pena ser compartilhada pela comunidade de leitores em Cabo Verde, um clube que gostaria que

fosse mais numeroso, pois só assim vale realmente a pena escrever livros. E se depender de novos títulos, este colaborador de **A Semana** vai avisando que imaginação não lhe falta. “*Baban, o ladino*” e “*A viúva negra*”, por agora, estão aí para comprová-lo. Outros mais estão a caminho.

JVL

Festival em Luzia Nunes

A Associação “*Luzabril*” juntou-se ao grupo “*Bandera*”, para realizar este sábado, 19, um mini festival na localidade de Luzia Nunes, ilha do Fogo.

O Festival, que quer oferecer um tempo diversão aos moradores da localidade de Luzia Nunes e zonas vizinhas, vai ter a participação de músicos locais, como ABC, Irmãos Unidos da Brava, Talulu, Bandera, Brega e grupo. A festa vai arrancar a partir das 16 horas de amanhã, sábado, na placa desportiva local. Quanto aos custos, a organização espera contar com aproximadamente 110 contos, através de patrocínios e apoios.

Valdemiro Barbosa, mcp “*Cipaio*”, o promotor da iniciativa e já conhecido animador da cultura figuense na diáspora, diz estar preocupado com a cultura do Fogo, devido à falta de oportunidades concedidas aos jovens talentos da ilha, mas, sobretudo, à falta de disponibilidade dos mais velhos nestas andanças, que não se preocupam em apoiar e incentivar os jovens a preservarem a identidade e cultura da ilha.

No entanto, este exímio tocador de viola-baixo, diz também estar surpreendido com os jovens talentos que vão brotando a cada dia que passa na ilha. A estes só pede que continuem a procurar uma referência em termos culturais no Fogo, a qual devem seguir. Barbosa defende, por isso, a abertura urgente de uma Escola de Música na ilha do Fogo, onde os jovens possam aprender a tocar. E nisto, realça, as autarquias têm um importante papel a desempenhar.

Nicolau Centeio

AGENDA CULTURAL

- “*Economia de Cultura e o Desenvolvimento*”, por Amílcar Aristides, é a sugestão do Encontro de Arte Contemporânea - Praia. mov - 2007. Para reflectir hoje, 18, pelas 18h30 na Fundação Amílcar Cabral.



- Bau dá este fim-de-semana no Alta Lua (MindelHotel) S. Vicente, dois concertos: sexta-feira, 18, o músico acompanha Gabriel Mendes; e no sábado ele toca com Edson.



- O grupo “*Nôs Terra*”, de São Vicente, dá hoje, 18, às 21h00, um espectáculo de danças livres no Auditório do Centro Cultural do Mindelo, entidade promotora do evento.



- As mornas e coladeiras de hoje e dos tempos passados fazem-se ouvir hoje, 18, pela voz de Djoya, no Bar Lobby, a partir das 23h00. A banda é formada por Tchenta, Djimmy e Jorge.



- “*Frutas serenadas*”, o novo livro de Filinto Elísio, é apresentado esta sexta-feira, 18, pelas 18h15, na Sala de Conferências da Biblioteca Nacional. Abraão Vicente e Dimas de Macedo apresentam a obra.



- A batida do DJ Zé Leite (Cabo Verde) promete animar o concurso DJ Syrius Disco Dance este sábado, 19, na discoteca Syrius, Mindelo, São Vicente.



- “*Subsídios para a realização de cinema em Cabo Verde*”, por Francisco Weyl, é o tema em debate na Fundação Amílcar Cabral, na segunda-feira, 21, pelas 18h30. Logo de seguida o Colectivo do Cinema Pobre da Praia exhibe “*Meta_Fora*” e “*Salamandra*”.



- “*A cidade é uma beleza*” marca a agenda das artes performativas na próxima terça-feira, 22. O espectáculo que começa às 18h00 na Fundação Amílcar Cabral, tem encenação de João Paulo Brito a partir de um texto de César Shofield. Na quinta-feira 24 há bis, no mesmo local.



- Esta quinta-feira, 24, há “*Dança das Ilhas*” em Providence, Estados Unidos, por Kim Alves, Kalú Monteiro, Johnny Fonseca, Dicki Tavares e Djim Job no Tazza Caffé.



- “*Evolução temática na literatura cabo-verdiana*”, por Ana Araújo, é a sugestão do Praia.mov 2007 para quarta-feira, 23, na Fundação Amílcar Cabral às 18h30.



Sexta-feira, 18 de Maio de 2007

asemana

Cultura

SÃO FILIPE

Delegacia de Saúde
arranca campanha
de doação de sangue

Depois de pôr a funcionar um banco de sangue no hospital regional de S. Filipe, que contou com a participação maciça da sociedade fogueense, a delegacia de Saúde vai iniciar uma campanha de doação de sangue. Os cartazes alusivos a esse acto benemérito já estão afixados por todos os cantos da ilha.

O delegado de Saúde do Fogo, Mário Sena, disse ao "ASemanaonline", que **esses cartazes visam levar as pessoas a encarar a doação de sangue como expressão máxima da solidariedade humana, porque ao doarem sangue estão a dar vida. Mais, doa-se hoje para se poder receber amanhã!! Palestras, conferências e outras actividades vão ser desenvolvidas para marcar esta nova atitude no Fogo.**

Entretanto, existe um lema para a recolha do sangue marcada para finais de Junho, no banco de sangue do Hospital Regional de São Filipe: "Dar Sangue, um acto de amor".

NMC



A placa desportiva transformada em depósito de jorra

Terra Branca sem placa desportiva

Os jovens da Terra Branca estão indignados com a situação da placa desportiva do bairro, conhecida por Tchetchénia, e que hoje se transformou num depósito de jorra. Este é apenas o último capítulo duma lamentável história marcada pelo descaso, denunciado por estes jovens que apontam o dedo às sucessivas edilidades incapazes de corresponder aos anseios da juventude daquele bairro da Praia.

A placa, situada atrás do mercado da Terra Branca, era uma referência para os jovens da zona que ali encontravam uma forma de ocupar os tempos livres. Só que há mais de um ano, o campo está inactivo, em avançado estado de degradação e totalmente abandonado.

De acordo com os moradores, o lugar acolhia jovens da Terra Branca, Tira-Chapéu e Achada Santo António. Indignado com a situação, Admilson, que frequentava o lugar, afirma que "a placa era a única forma de diversão porque na zona não há nenhum outro centro de apoio, importante principalmente nas férias".

Outro jovem, o Danielson, é de opinião que "a maioria dos jovens que iam para a placa eram desempregados. Hoje, como não a podem utilizar, optam por ir às discotecas, frequentar lugares onde se consome álcool ou ainda seguir a onda dos "thugs".

Acrescenta ainda que "a Terra Branca precisa muito de um centro para informar os jovens sobre as doenças sexualmente transmissíveis, droga e outros problemas, para além da falta que faz um centro de lazer".

Mica, um jovem que deixou a "Tchetchénia" ainda activa quando emigrou para Portugal, acha que não faz sentido os jovens irem jogar na Várzea ou na Achada Santo António, já ocupadas por jovens desses locais. "A solução é mesmo recuperar a placa desportiva que há de modo a poder servir aos jovens da Terra Branca", defende.

Maria Virginia Barros

Professor diz que delegado
do ME o ameaçou de morte

A ministra da Educação já sabe do assunto, através de uma petição assinada por pais, encarregados de educação e professores do EBI dos Mosteiros que pedem a reintegração do professor no sistema. O delegado, Lúcio Teixeira, diz que só está cumprir a lei e que não fez ameaça alguma ao professor.

Com 14 anos de experiência e serviços prestados, 11 dos quais no pólo nº IV de Relvas e 3 no pólo II de Fonsaco, Alberto Soares Rosa diz que foi ameaçado de morte pelo actual delegado do Ministério da Educação, Lúcio Teixeira. Como conta esse docente, quando foi à Delegação para se inteirar da sua situação (foi suspenso por seis meses devido a uma briga com um colega seu, Artur Melo, no ano passado) para seu espanto, sem motivo que o justificasse, o delegado exaltou-se chegando a gritar

perante pessoas que se encontravam no local que nunca o readmitiria como professor.

Atordado com tal reacção, Alberto diz que foi saindo devagar do espaço que não lhe pertencia mas o delegado, que o seguiu, continuou a gritar em voz bem alta estas palavras: "Ami Nta matabu ami Nka Artur". Por isso, Alberto pediu aos professores e funcionários que assistiram à cena para lhe servirem de testemunhas e enviou o caso a tribunal.

Entretanto para Alberto, a atitude do delegado o tem prejudicado, e de que maneira, a sua carreira profissional, além de colocar a sua família numa situação extremamente difícil, dado que tem quatro filhos menores e a esposa a seu cargo.

Também indignados com a situação estão os pais e encarregados de educação

dos Mosteiros, de várias localidades - num número total de 185, mais os professores de todos os pólos educativos subscreveram uma petição à Ministra da Educação e Ensino Superior, pedindo não só a reintegração do professor no sistema como também a sua admissão na 2ª fase da formação de professores em exercício.

Alberto como forma de minorar a sua angústia, procurou este jornal para desabafar sobre a situação. Disse ainda que esta é mais uma tentativa que faz junto da tutela, para que o Ministério da Educação resolva a sua situação. **ASemana** procurou também ouvir a outra parte, tendo o delegado dito em poucas palavras que professor está a mentir, que não o ameaçou de coisa alguma, apenas se limitou a cumprir a lei.

Nicolau Montrond Centeio

Inspecção do Trabalho reclama mais meios

Mais meios para actuar na prevenção dos acidentes de trabalho e para o conhecimento dos riscos. Esta é a principal reivindicação do inspector-geral do Trabalho, Silvino Fernandes, que aponta o "boom" das construções em Cabo Verde como o factor para o aumento de recursos no IGT.

O inspector falou depois de um seminário da CPLP sobre segurança e saúde no trabalho, que aconteceu na Praia, entre segunda e terça-feira desta semana. "É fundamental que Cabo Verde se actualize sobre os riscos de acidentes de trabalho que surgem do desenvolvimento crescente a que está a ser sujeito", sublinhou. Para Fernandes, "há que saber quais os perigos e apostar na prevenção dos acidentes. Os riscos têm que ser conhecidos e consciencializados por trabalhadores e autoridades".

Aquele responsável chamou ainda a atenção para a correlação entre a competitividade de uma nação e o seu nível de segurança e saúde no trabalho. Segundo o inspector-geral, os países mais competitivos são aqueles que têm menos mortes derivadas de acidentes laborais.

Mas Cabo Verde ainda não pode fazer estimativas nem saber os números das consequências dos acidentes de trabalho. Silvino Fernandes avança que "neste momento está a ser implementado um sistema para congregar essas informações". Explica que "há um problema de fluxo informativo entre a ocorrência do acidente e a alta ou a morte do sinistrado". O objectivo é fazer um circuito de informação: depois do preenchimento de uma ficha especial de ocorrência nos hospitais, há que fazer o cruzamento necessário nas instituições responsáveis. Se os dados forem entregues em tempo útil, as seguradoras e o INPS podem repor a situação do sinistrado mais rapidamente. Fernandes promete que "serão feitos os possíveis para que isso aconteça já em 2007".

Outra das reclamações é que o regime de seguro obrigatório é uma lei com quase trinta anos e que fixa um plafond de 9 mil escudos de subsídio, mas em termos práticos o sinistrado recebe apenas 70% desse plafond. Silvino Fernandes critica que "isto representa uma ofensa à dignidade do próprio trabalhador, pois se não se fizer um seguro facultativo, uma pessoa que ganha, por exemplo, 100 contos passa a receber apenas 6300 por mês. Assim, a estrutura familiar que sustenta vai depender apenas desse montante. Daí defender que esta é uma área prioritária a ser revista no novo Código de Trabalho.

Catarina Abreu

A Polícia Judiciária está a passar por mexidas profundas na sua chefia, com destaque para os serviços centrais e as inspecções de S.Vicente e Sal. As mudanças visam, segundo o director-central Óscar Tavares, dar uma nova dinâmica à investigação, com prioridade para o controlo do tráfico de estupefacientes em todo o território nacional.



Óscar Tavares, director-central da PJ, promete apertar o cerco à droga

Mudanças na PJ

As mudanças acontecem no momento em que a Polícia Judiciária, que reúne no seu seio 148 efectivos, está a comemorar o seu 14º aniversário. "Estamos a fazer algumas mexidas nas chefias, com o propósito de trazer novas ideias e dar uma dinâmica nova à investigação criminal. Como sabe, nos meios pequenos, como é o caso de Cabo Verde, onde todos se conhecem, a investigação criminal provoca desgastes, sobretudo nos que lidam com esses processos ou estão na chefia", afirma o director-central, Óscar Tavares.

E a mexida mais significativa acontece, conforme aquele responsável, com a transferência do inspector de S.Vicente, Natal Prado, para o cargo de sub-director central, chefiando os serviços da criminalidade a nível nacional. Uma outra novidade de realce, segundo a mesma fonte, é a Secção Central de Investigação da Criminalidade Organizada, unidade a surgir e comandada por um inspector de carreira. Paralelamente à reconfiguração da secção que controla o tráfico de estupefacientes, foram também reforçadas, com meios humanos e materiais, as secções de crimes contra pessoais, patrimoniais e económico-financeiros.

A Judiciária vai, por outro lado, dispensar, ao longo deste

ano, mais reforços à Investigação, ao mesmo tempo que passa a dispor de um sector organizado de informação criminal on-line. A nível central foi, por outro lado, criado um gabinete de apoio ao director central, que além da sua tarefa principal que é a articulação com a comunicação social, deve ainda cuidar das relações públicas da PJ.

Mas as mudanças não ficam por aqui. O lugar deixado vago por Natal Prado na em S.Vicente vai, brevemente, ser ocupado pelo inspector André Semedo, que vinha dirigindo a secção central de investigação criminal. Este será coadjuvado nas suas funções pela inspectora Jacqueline Semedo, que responderá pela secção de investigação. Ou seja, para além desta, o quadro de pessoal da estrutura do Mindelo, que cobre também Santo Antão e S.Nicolau, passou de 10 para 25 agentes.

O chefe máximo da PJ acrescenta que já foi conferida à sub-inspecção do Sal a dignidade para ser elevada à categoria de Inspecção. É que o seu quadro de pessoal, antes limitado a um sub-inspector e oito agentes, evolui agora para um inspector, dois sub-inspectores e 16 agentes. A representação, que cobre ainda a ilha de Boa Vista, passa a ser chefiada pelo inspector Paulo Rocha, em substituição do sub-inspector

Carlos Almada.

A estrutura da Praia, que responde pelas restantes ilhas desprovidas de qualquer apresentação, foi, conforme a mesma fonte, reforçada com 48 agentes, 24 dos quais formados recentemente. Conta ainda com quatro inspectores e 12 sub-inspectores.

Óscar Tavares anuncia que a instituição que dirige vai ter uma orgânica mais adaptada à realidade criminal, devendo os estatutos da PJ serem alterados de forma a melhorar o nível salarial do pessoal. Isto sem contar com as propostas de regulamento disciplinar, classificação, louvores e colocações que vão ser aprovados. A PJ será igualmente dotada de um laboratório, com capacidade para fazer os exames de todas as provas.

"Pensamos que realizadas essas medidas, daremos, durante este ano, um grande salto que nos irá permitir atingir melhores resultados. O nosso principal desafio de momento é o de combater o tráfico de estupefacientes, controlando rigorosamente a circulação de pessoas e bens nos principais aeroportos e portos de Cabo Verde", perspectiva o director central da PJ, cuja sede central passará a funcionar, proxima-mente, nas antigas instalações da extinta Empa, na Achada Grande, Praia.

Alírio Dias de Pina

Maiúca não está fora do país

Maiúca, menor acusado de matar o seu colega de carteira, Eliseu dos Anjos, afinal não está fora do país como os parentes da vítima fizeram crer numa nota enviada a esta redacção. Ali podia-se ler que Bacarry Santos Cabral, Maiúca, o alegado autor do crime, “*encontra-se fora do país e os familiares da vítima estão revoltados e indignados com esta situação e clamam a justiça*”.

Contactado por **A Semana**, os familiares de Maiúca afirmam que “*o adolescente não está fora do país e sim no Município dos Picos*”. Este jornal apurou, ainda, junto da Direcção de Emigração e Fronteiras que no sistema da instituição não consta que o menor Bacarry tenha deixado Cabo Verde.

Recorde-se que Eliseu dos Anjos, aluno do 10º ano da Secundária Polivalente Cesaltina Ramos, na Praia, faleceu na madrugada do dia 27 de Janeiro, depois de ter sido esfaqueado no pescoço pelo seu colega de carteira.

A vítima e o agressor tinham-se envolvido numa briga na cantina da escola, no intervalo das 17h30. Só que depois de terem sido separados por colegas de turma, o agressor faltou à última aula ficando à espera de Eliseu, na saída da sala, para golpeá-lo com uma faca.

A Semana tentou ouvir também o Tribunal de Menores para saber do andamento do processo, mas um dos responsáveis do caso respondeu que não tem autorização para falar sobre o assunto, que está sob segredo de justiça.

LM



Alegado pedófilo paga fiança e sai em liberdade

Daniel Fonseca, 55 anos, acusado de violar uma criança de 5 anos, em Ponta-d’-Água, Praia foi preso mal estourou o caso, mas já se encontra em liberdade depois de ter pago uma fiança de 500 contos.

O indivíduo está agora sob termo de Identidade e Residência, ou seja, está constantemente vigiado pelas autoridades e tem que comparecer no tribunal com regularidade. A fiança é patrimonial, o que quer dizer que Daniel Fonseca deu como garantia uma propriedade. Esta, no entanto, não lhe pertence, mas sim a um amigo seu Rui Paiva.

A mãe da menina, Maria Semedo, de 44 anos, conhecida por Graça, está revoltada com a situação. Lembra que a sua filha foi violada por Daniel Fonseca em meados de Março, quando ela estava a brincar em casa da sua comadre. “*Deixei a minha filha para ir trabalhar, no passado 15 de Março, e quando voltei ela*

mesmame contou que aquele senhor levou-a de carro para passear, no mesmo carro a violou, e depois trouxe-a de volta para a casa da minha comadre, nessa tarde”, conta.

Segundo Semedo assim que procurou a Polícia Judiciária (PJ), no dia 16 de Março, para apresentar queixa, foi aconselhada a levar a menina para ser examinada. Ao receber o relatório médico, constatou-se que, de facto, o hímen tinha sido recentemente rompido.

O suspeito de violação seria detido sete dias depois da queixa, mas foi solto logo no dia seguinte. A mãe disse que a menina está traumatizada e demonstra medo sempre que Fonseca está por perto. “*Como pode continuar por aqui, depois de tudo que fez com a minha filha?*” pergunta, inconformada.

Contactado por **A Semana**, a secretária do 1º Juízo Criminal do Tribunal Judicial da Comarca da Praia disse que não pode adiantar

nada sobre o caso, que ainda está em fase de investigação e em segredo de justiça.

A Semana falou também com o acusado de violação, Daniel Fonseca, e afirmou: “*Sou inocente! Não fiz nada com a menina*” e confirmou a sua detenção por um dia na sede da PJ. Questionado sobre a intenção de continuar a morar em Ponta-d’-Água, respondeu que recebeu “*um comunicado da PJ dizendo que precisava de sair daquela casa*”, mas, segundo argumenta, “*quer que todos entendam que é proprietário e não tem condições de pagar renda*”.

De acordo com uma fonte da PJ, o alegado violador foi apresentado ao Tribunal Judicial da Comarca da Praia para validar a detenção e “*mediante uma garantia patrimonial no valor de 500 contos está sob medida de segurança a aguardar o julgamento*”.

Lília Mesquita

RECTIFICAÇÃO

No artigo sobre o caso das crianças violadas na ilha do Maio, noticiado na edição anterior, nº 803, **A Semana** atribuiu à psicóloga Cátia Cardoso a frase: “**O homem afirma a sua inocência, mas se for condenado incorre numa pena mínima de quatro anos**”. Por não ser ela a nossa fonte, mas sim o Código Penal - que no seu Artigo 144 nº 2, diz que o acusado de violação, se for condenado, incorre numa pena que pode ir dos 4 aos 10 anos -, fazemos aqui a Rectificação pelos constrangimentos que a atribuição de tal frase possa estar a causar à psicóloga.

Preso jovem acusado de violação

A Polícia Judiciária de São Vicente deteve na semana passada um jovem de cerca de 20 anos de idade, acusado de violar pelos menos duas pessoas. Este jovem, cujo modus operandi consistia em abordar as vítimas na rua, levá-las para lugares onde as violava lhes roubava todos os seus pertences, possui um historial de consumo de drogas, segundo a PJ.

Pelo menos duas das vítimas já apresentaram queixa na Polícia. Entretanto, de acordo com informações apuradas, há suspeitas da existência de mais pessoas molestadas pelo jovem, que se encontra detido preventivamente na Cadeia da Ribeirinha, enquanto aguarda o desenrolar do processo. “*As pessoas violadas por este jovem não eram menores e nem virgens. Escolhia as suas vítimas ao acaso*”, indica uma fonte **A Semana**.

Enquanto isso, o jovem furriel que matou a sua namorada de

22 anos com uma arma de nove milímetros já se encontra detido por ordem da Procuradoria da República. Esta decisão da PR deita por terra ou pelo menos levanta dúvidas sobre este incidente, alegadamente provocado por uma “*brincadeira de mau gosto*” que resultou em tragédia. “*Se o PR mandou detê-lo é porque possui informações que não estão bem esclarecidas ou então as declarações não batem certo com a cena do crime*”, diz a nossa fonte. Importa esclarecer que este incidente que levou à morte da jovem Noemi Morais Medina aconteceu na semana passada e envolveu o seu namorado, um furriel das Forças Armadas. O disparo aconteceu, segundo o irmão da vítima, após uma “*conversa normal*”. A jovem foi socorrida, mas chegou ao hospital em estado de coma e faleceu poucas horas depois.

CP

Nados mortos da Gamboa ainda não foram identificados

Os nados mortos que foram encontrados, no passado dia 10 de Maio, na Praia da Gamboa, na capital do país, ainda não foram identificados, adiantaram fontes da Polícia Judiciária.

Ao que **A Semana** apurou, a PJ está concentrada em perceber como é que os fetos, do sexo masculino, foram parar à Gamboa. Já sabem que os dois corpos - um com seis meses de gestação é resultado de um aborto e o outro tem oito meses e é considerado um nado morto - são filhos de pais diferentes e tinham a identificação

do Hospital Agostinho Neto, na Praia. Ao contrário do que se falou na altura da descoberta, os nados mortos têm meses de gestação diferentes, são de mães diferentes, mas foram encontrados no mesmo local.

Arcelinda Lima Barreto, directora do HAN, disse ao **A Semana** que os dois fetos estavam identificados por aquela unidade de saúde e assegura que os corpos e as respectivas certidões de óbito foram entregues aos familiares dos pais das crianças. Barreto confirma ainda que o hospital tem os nomes das pessoas que ficaram

responsáveis pelos dois nados mortos.

A directora contou que a PJ já esteve no hospital a investigar o caso, mas que não pode adiantar nada sobre o trabalho daquela autoridade. Entretanto, fontes da PJ dizem que a polícia científica ainda não sabe quem são os pais das crianças nem quem tratou do processo de certidão de óbito. Outra incógnita que a PJ tem entre mãos é como os corpos foram parar na Praia Gamboa.

CA



Recluso tenta suicidar-se em São Martinho

Fausto Lima Semedo, de 19 anos, está preso na Cadeia de São Martinho e tentou o suicídio, ao incendiar “o segredo” onde estava encarcerado, sala disciplinar que serve como castigo para maus comportamentos. O caso aconteceu no passado dia 4, quando o jovem, que sofre de perturbações mentais, tinha acabado de chegar de uma consulta psiquiátrica no Hospital da Trindade.

Para o pai deste recluso acusado de homicídio, o fotógrafo Fausto Semedo, o filho é vítima de maus-tratos por parte dos guardas prisionais e dos outros presos. Contou que, agora, o filho está com as costas, cabeça, orelha, braços e pernas queimados e encontra-se no centro cirúrgico do Hospital Agostinho Neto, na Praia.

Segundo Fausto Semedo, que tem o mesmo nome do filho, o arguido tem vindo a ser maltratado de forma continuada. “Para além de ser espancado, passa a maior parte do tempo na solitária, cortam-lhe constantemente as visitas, é-lhe proibido comer e vestir a roupa que eu levo e nunca recebeu o dinheiro que sempre lhe deixo na cadeia”, afirma, revoltado. O pai soube que essas represálias acontecem devido ao mau comportamento do arguido, mas salvaguarda que, logo que o filho foi preso, avisou o director da Cadeia, Alcides Andrade, de que o rapaz tem sérios problemas psíquicos e precisa de ser constantemente medicado.

Numa tentativa de ajudar o filho, Fausto Semedo tentou

convencer o director a deixar este recluso ser examinado pelo médico da cadeia, Júlio Martins, mas, “Alcides Andrade enganou-me e nada fez”, desabafa. Ao saber da situação, o médico decidiu acompanhar o caso, em consultas que contavam sempre com a presença do director, e Martins confirmou a Fausto Semedo os problemas do jovem filho, que já tinham sido detectados quando o rapaz tinha 14 anos. Semedo lembra ainda que o médico passou uma receita, mas depois de adquirir os medicamentos e levá-los à cadeia, ninguém ministrou os remédios ao filho.

O tempo que decorreu entre os meses de Dezembro e Janeiro é descrito por este pai como sendo de tortura, pois não só lhe foi impossível conseguir ver o filho como quando, finalmente, conseguiu estar com ele, em Fevereiro, encontrou-o com o ouvido ensanguentado, devido a um espancamento que teria sofrido por parte de um guarda prisional chamado Odair. Na altura, o recluso também se queixou de ter sido agredido com socos no peito por um outro carcereiro, o Dino. A partir daí, o jovem ficou surdo de um ouvido e queixa-se de dores fortes e constantes no peito.

Fausto Semedo disse que há um tempo atrás avisou o director da cadeia que o filho podia tentar o suicídio, mas aquele responsável respondeu: “Só lamento se isso acontecer”. Agora que as suas previsões se concretizaram, o pai exige explicações ao director da Cadeia de São Martinho, ao chefe

de Segurança, José Joaquim da Silva Gomes, e ao director-geral da penitenciária, Elísio Semedo.

Quando o jovem Fausto tentou o suicídio, a direcção da cadeia nem sequer avisou a família, que só ficou a saber por terceiros. “Eu queria que alguém me respondesse convenientemente, só peço uma satisfação que me agrade a mim e aos cidadãos”, reclama Fausto Semedo que já bateu em tudo quanto é porta que lhe possa ajudar - pediu apoio no Direito e Cidadania, junto da Presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), Vera Duarte. “O meu filho é arguido mas não deixa de ser um cidadão”, resume Fausto Semedo.

Orlando Borja, da CNDH, disse ao **A Semana** que, de facto, o pai, Fausto Semedo, procurou apoio junto daquela instituição há um mês alegando que não conseguia ver o filho, por este estar constantemente encarcerado na sala disciplinar. A CNDH, através do comissário encarregue do caso, recebeu a queixa e procurou ouvir a versão da direcção da cadeia, que enviou um relatório explicando que o arguido estava a ser acompanhado por profissionais de saúde e, em anexo, estava um parecer médico que esclarecia que o jovem apresentava perturbações psiquiátricas passageiras.

Questionado sobre a providência da Comissão, Orlando Borja respondeu que o comissário responsável pediu ao pai do arguido que solicitasse ao médi-

co um relatório, mais preciso e com dados mais concretos sobre a sua saúde mental. “Mas antes mesmo de Fausto Semedo conseguir o tal relatório o arguido incendiou a sala disciplinar”, justificou.

O psiquiatra que tratou o recluso, Manuel Faustino, confirmou também a este jornal que o atendeu numa sexta-feira no início de Maio e fez uma prescrição médica. Mas disse que nada mais podia avançar sobre o caso porque não acompanhou o estado clínico do arguido. **A Semana** apurou, de facto, que o rapaz nunca teve um acompanhamento psiquiátrico regular no Hospital da Trindade.

Contactado por **A Semana**, o director da Cadeia São Martinho, Alcides Andrade, respondeu que “não tinha nada a dizer sobre o caso”. Elísio Semedo, director-geral da Penitenciária, negou-se também a falar sobre o assunto.

Já o ministro da Justiça, José Manuel Andrade, adiantou a este jornal que será feito um inquérito para esclarecer o assunto, e sobre o que se passa nos serviços prisionais. “Quanto ao comportamento indisciplinado do arguido e aos sinais de distúrbios mentais que apresenta, será submetido a observação médica da especialidade”. Mas, segundo o ministro, “perante o parecer médico, só o juiz pode determinar se o arguido deve continuar preso ou ser internado num hospital psiquiátrico”.

Lília Mesquita

CABO - VERDIANOS, SERES... HUMANOS?

Todas as sociedades promotoras dum desenvolvimento sustentado encaram o **ser humano como o centro das preocupações**. E é nesta óptica que se desenvolvem estratégias económicas, políticas, territoriais, privilegiando sempre o seu bem-estar e a salvaguarda dos seus direitos.

Em Cabo Verde, o cabo-verdiano, entendido como um ser, e um ser HUMANO ainda é obscuro, o que justifica não sermos contemplados na gestão pública do território. Quando se delibera algo, entra em campo o ser político, o económico, o detentor de capital cultural, mas raras são as vezes em que os interesses do ser como algo animado, humano, é ponderado.

Sugiro-vos a dar um passeio pelo espaço onde vivem. A cidade não foi dimensionada, gerida, a pensar em si, no seu bem-estar, na sua segurança, na sua saúde, como um ser... humano. Daí você, pedonal andar constantemente a competir com os carros porque subtraem-se os passeios, há jardins com vista para o mar sem bancos para você desfrutar a vista, edifícios públicos com vários andares sem elevador, inacessíveis aos que têm problemas de mobilidade, e o impensável, residências coladas a espaços cuja actividade produz ruído. Sem dúvida, você encarado como um ser-vivo-humano não pesa nas decisões políticas. Sendo assim, corre o risco de ser atropelado, perde autonomia, não dorme à noite e em vão procura organismos públicos para desbloquear os seus problemas.

Muitos outros exemplos poderiam ser aqui focados - não o farei. Acredito que todos os cabo-verdianos na qualidade de seres humanos, já se sentiram lesados, de uma forma ou de outra, pela ineficiência do sistema, e pela violação dos seus direitos.

A pobreza, a ausência de recursos materiais e humanos não podem servir sempre de bode expiatório para todas as mazelas e desgraças, e nem se pode tolerar a desresponsabilização por parte dos órgãos eleitos para nos representar, pois a responsabilidade pertence a quem dá a ordem, a quem gere o espaço público e possui legitimidade para legalizar determinadas práticas (muitas vezes anti-sociais).

Das nossas infinitas desgraças, merece especial destaque a das perturbações sonoras, cujo agravamento da situação, nos dias actuais, leva os moradores, principalmente dos centros urbanos, ao desespero. A poluição sonora constitui um problema inquietante na nossa sociedade e que reclama uma maior atenção/ intervenção das autoridades competentes, do poder público e um maior sentido de cidadania por parte da colectividade.

Definiremos como principais fontes de poluição sonora, toda a actividade que produza ruído nocivo ou incomodativo, provoque contra uma degradação ambiental, que ponha em causa o sossego das pessoas, prejudique a saúde, atente a qualidade de vida e bem-estar da população.

Espaços nocturnos com música ao ar livre, espaços destinados a festas sem condições de insonorização, dividem paredes com residências habitacionais, espectáculos em hotéis com forte

propagação do som a longa distância; cultos religiosos realizados à noite ou fins-de-semana cedo utilizando microfones ou teclado eléctrico; motos com escape livre realizando corridas a altas horas da madrugada, tornam as noites num autêntico calvário, violando um direito básico e indiscutível que é o direito ao sossego, o direito a estar tranquilamente nas nossas casas e dormir à noite sem sobressaltos, o direito a levar uma vida digna e em harmonia com o meio ambiente.

Segundo especialistas *"O ouvido é o único órgão dos sentidos que jamais descansa, sequer durante o sono. Com isso, os ruídos urbanos e os vicinais são motivo a que, durante o sono, o cérebro não descanse como as leis da natureza exigem. Por isso, o problema dos ruídos excessivos é, nos dias que correm, uma questão de saúde, a que o direito não pode ficar indiferente"*.¹

Conforme Fernando Pimentel Souza, Neurofisiologista e Membro do Instituto de Pesquisa do Cérebro, o ruído exagerado liberta substâncias excitantes no cérebro, tornando as pessoas sem motivação própria, incapazes de suportar o silêncio. As pessoas tornam-se viciadas, dependentes do ruído caindo em depressão em ambientes calmos, tomando - se incapazes de reflexão e de meditação mais profunda.

A OMS (Organização Mundial de Saúde) considera que um som deve ficar até 50 db (decibéis - unidade de medida do som) para não causar prejuízos ao ser humano. A partir de 50 db (equivale a conversas tranquilas), os efeitos negativos começam. Alguns problemas podem ocorrer a curto prazo, outros levam anos para serem notados. Os efeitos negativos da poluição sonora nos seres humanos são :

Insónia (dificuldade de dormir); Perda de audição; Perda de atenção e concentração; Dores de Cabeça;

Aumento da pressão arterial; Cansaço; Surdez (em casos de exposição a níveis altíssimos de ruído); Queda de rendimento escolar e no trabalho; Depressão; etc.

Existem também situações de *"acomodação"*. o organismo adapta - se a ambientes ruidosos, de tal forma, que deixa de os sentir, apesar de sofrer na mesma os seus efeitos nocivos.

Em São Vicente, corajosamente, a sociedade civil reagiu. Saíram do seu casulo de *"sofrer calado"*, deram voz à sua revolta, com um abaixo-assinado enviado a um número respeitável de entidades responsáveis pela governação do país (desde Deputados da Nação, AJDECO, Comissão Nacional dos Direitos Humanos, Bastonário da Ordem dos Advogados, Médicos, Arquitectos e Engenheiros, Associação para Defesa do Ambiente e Desenvolvimento. Ministro da Administração Interna, Director da Polícia Nacional) e várias outras entidades com responsabilidades na matéria.

Constitui dever do Estado e das autarquias locais promover medidas de carácter administrativo, técnico ou outras, adequadas ao controlo do ruído, no respeito do interesse público e dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. É

imperioso, que haja nas políticas de desenvolvimento económico e social uma integração da política de controlo da poluição sonora.

Não são poucos os países (desde Portugal, França au Brasil) que têm tomado medidas rigorosas no sentido de reduzir a poluição sonora. No nosso caso seria interessante se : - fosse traçado um plano de redução do ruído pelas Câmaras Municipais ; - se delineasse um mapa de ruído que representasse as áreas e contornos das zonas mais problemáticas em termos de produção do ruído; - na execução da política de ordenamento do território e urbanismo, assegurasse a qualidade do ambiente sonoro promovendo uma distribuição adequada dos espaços com funções residenciais, de trabalho e lazer; - se definisse um prazo para que os estabelecimentos com actividade ruidosa já existentes, teriam para se adaptarem à nova realidade; - se desenvolvesse campanhas de divulgação e sensibilização junto da população, matéria educativa e conscienciadora dos efeitos prejudiciais causados pelo excesso de ruídos de forma a debelar os hábitos ruidosos, tão fortemente enraizados na nossa sociedade.

Esperemos que, desta vez, sejamos nós cidadãos comuns, trabalhadores, educadores, crianças, estudantes, idosos, na qualidade de seres humanos, a ter prioridade, a ser merecedores de atenção e respeito por parte das instituições. Que essas, objectivando o homem, a sua segurança e bem-estar, actuem, restituindo a ordem, a harmonia social e não defraudem as nossas expectativas.

Outro dia, deparei-me com um indivíduo cabo-verdiano que, devastado pelas noites mal dormidas, dizia que nós, os cabo-verdianos, somos um povo que sofre mais discriminações dentro, do que fora do país. Que lá fora com todo o racismo, com todo o preconceito de que se possa ser alvo, há uma autoridade, você apresenta reclamações / denúncia e, se tiver razão, as entidades competentes actuam com eficácia e rigor, aqui é a lei do mais forte. É desolador!

Precisam ser criadas condições para que o cabo-verdiano se sinta confiante no funcionamento das instituições do Estado, e principalmente, que seja amparado pela lei.

Precisamos de entidades com competência para garantir algum controlo social e trabalhem, junto das populações, no sentido de fomentar a fixação de bons hábitos.

Uma sociedade indisciplinada, sem freios, sem autoridade, é uma sociedade fútil, caótica, Kafkiana e sem esperança.

Que o Cabo-verdiano deixe de ser como a água, seguindo o caminho de menor resistência, e passemos a participar activamente na sociedade que nos encontramos inseridos. Participar, denunciar, não significa fazer oposição à força partidária no poder, constitui antes, o exercício do direito de cidadania.

¹ Alcino Pinto Falcão - Poder de Polícia e Poluição Sonora - artigo publicado, in RDP 16/73.

Antónia Mósso Santos
Mindelo, 09 de Maio de 2007

VAMOS TODOS PROCURAR MELHORAR O ATENDIMENTO PÚBLICO NOS NOSSOS SERVIÇOS

Vezes sem conta, de há algum tempo a esta parte, em que tenho ido a alguns Bancos da praça para uma elementar transacção, designadamente fazer um depósito, uma transferência ou levantar um cheque, acabo quase sempre por me enfadar e sair daí completamente chateado. E isso não devia acontecer. Mas como a vida nunca foi e nem será um mar de rosas, até numa elementar operação bancária estamos sujeitos a ficar com os nervos à flor da pele. Se não, vejamos o que normalmente vem acontecendo.

Os Bancos, grosso modo, são Instituições de Crédito que transaccionam em áreas específicas. Sendo assim, e dada a sua especificidade, regra geral dispõem de balcões adequados para atendimentos personalizados, de conformidade com a característica da operação a ser realizada. Nesta ordem de ideias, para que a estrutura seja dinâmica e preponderante, é fundamental que haja a outra componente imprescindível, os clientes. Entre estes e as Instituições Bancárias devem existir um comprometimento forte e entrosado capaz de permitir um relacionamento sério, profícuo e de confiança recíprocos que resultem em benefícios e proveitos que a todos interessem. Os clientes precisam dos Bancos e os Bancos têm nos clientes a razão primária e o esteio da sua existência. Enfim, entre um e outro tem que haver, mutuamente, uma postura correcta, digna e de com-

promisso, evitando uma possível perda de confiança entre ambos.

Este meu comentário vem na linha daquilo que muita gente vem dizendo hoje sobre a prestação de serviços e atendimento público em Repartições Publicas do Estado e até nalgumas **privadas**. Atentemos nos artigos extremamente interessantes que o ex- Ministro João Serra vem publicando no jornal **A Semana** a este respeito. Igualmente escutemos a Sra. Odete Pinheiro (penso estar certo). Ela leu uma crónica no dia 1º de Maio nas antenas da RCV, repetida no dia seguinte, de teor rico, incisivo e pedagógico que poderá servir a ouvidos não empedernidos, chefes e subalternos, no sentido de procurarem dar um **jeitinho** às coisas, caso a casca já não esteja grossa demais. O meu caso vem na sequência e é tão-somente para chamar a atenção para o que está a passar nas longas bichas nos Bancos. Assisti, ao mesmo tempo que fui vítima, mais uma vez, de tudo isso, ainda hoje no BCA - Espargo. Estive mais de 40 minutos de pé, **numa bicha parada**, para fazer um depósito. E ocupava o 16º lugar. Por conseguinte, o que não teriam esperado (secado) as pessoas que já lá estavam? É demais. Hoje, ninguém tem tempo disponível para consumir **dezenas e dezenas de minutos** numa pseudo bicha. Digo **pseudo** porque agora, **não se sabe se por luxo ou esperteza**, algumas pessoas chegam ao Banco, sentam-se nos assentos que lá existem e quando

uma outra pessoa que há muito esteve na fila está prestes a chegar ao balcão para ser atendido, levanta-se uma pessoa do assento e vai direitinho ao CAIXA. Não, meus senhores. Tempo é dinheiro. E cada um, à sua maneira, tem a sua ocupação. Por isso, na expectativa de contribuir para alguma melhoria de determinados serviços relativamente ao atendimento, caso concreto do BCA - meu Banco, gostaria de propor, mas sem qualquer pretensão de imiscuir:

i) Que não fique um único CAIXA sem funcionar, mormente quando existe muita gente na bicha, não importando em que **hora** for; ii) Que seja criado, com toda a urgência, o **sistema de números** para atendimento nos Caixas; iii) Que seja instituído o Livro de Reclamações. De certeza ajudaria na resolução destas pequenas coisas e em tempo oportuno; iv) Que haja uma **sinalização visível e informação necessária** do local próprio para atendimento aos **utentes com grandes e morosos movimentos**. Pois, às vezes, com cara jata, servem-se do balcão de expedientes nos CAIXAS para se abancarem, empatando, de forma angustiante, a vida de pessoas com operações simples. Estou certo de que resolvidas estas pequenas coisas, os descontentamentos, as reclamações, as bocas, e quejandos, acabariam. Assim, não só ganhariam os utentes como melhorava sobremaneira a imagem e a performance da Instituição.

Sal, 03/05/2007
Vinícula dos Santos

Na sequência do artigo intitulado **"GOVERNO QUER RESCINDIR CONTRATO COMERC"**, publicado no nº 799 do Jornal **A Semana** do dia 13 de Abril de 2007, contendo informações que nem de perto nem de longe correspondem à natureza e aos números do contrato de aluguer de potência suplementar assinado entre o Estado de Cabo Verde e a Energias Renováveis de Cabo Verde, vem a ERCV, por este mesmo meio e no uso do direito de resposta que lhe assiste, esclarecer do seguinte:

1. O contrato de aluguer, condução, instalação e manutenção assinado em 19 de Outubro de 2006 diz respeito a quatro geradores e não a seis, como erradamente refere o artigo.

2. O preço total acordado foi de €1.189.800,00 (um milhão cento e oitenta e nove mil e oitocentos euros), ou seja, 130.878 (cento e trinta mil, oitocentos e setenta e oito) contos cabo-verdianos por um ano (**e não de 300.000 - trezentos mil - contos cabo-verdianos por um período de seis meses, conforme, mais uma vez incorrectamente, foi referido no artigo de A Semana**).

3. O objecto do contrato não se limita ao aluguer de geradores mas, igualmente, ao transporte, instalação, condução, e manutenção integral desse mesmo material, à remoção e limpeza do local onde está instalado e à reexportação e contratação dos respectivos seguros para todas as operações constantes do compromisso, incluindo a exploração dos grupos. Por outro lado, os períodos de paragem dos grupos a que corresponda incumprimento da ERCV são compensados pela empresa, por extensões proporcionais do prazo do contrato.

4. Como pessoa colectiva de bem que se preza de ser, a ERCV assegurará o cumprimento do referido contrato até ao fim do seu prazo de vigência, respondendo integralmente a todos os compromissos a que se obrigou, e reitera o propósito de participar em todas as oportunidades de negócio que se enquadrem no âmbito das suas valias.

1. A ERCV, mantendo um espírito construtivo, disponibiliza-se, como aliás desde sempre, para, com uma atitude de total abertura, encetar um diálogo saudável com todas as instituições e entidades ligadas ao sector da sua intervenção, seja no que respeita a este processo, seja no que toca a quaisquer outros relacionados com as actividades que a empresa pretende, legitimamente como é seu apanágio, desenvolver em Cabo Verde.

Sem mais de momento, queira aceitar, Sra. Directora, os nossos melhores cumprimentos.

Pela Gerência da ERCV.

Jorge Garcia

ATITUDE CRÍTICA E INTOLERÂNCIA

"O mal de quase todos nós é que preferimos ser arruinados pelo elogio a ser salvos pela crítica" Norman Vincent

De uns tempos a esta parte a leitura dos jornais tem-nos feito reflectir e ficar mais convictos de que, nós cabo-verdianos, devemos ser dos povos mais avessos à crítica, seja ela de que natureza for.

Resultado, vivemos num País em que qualquer crítica seja ela de teor literário, social, musical ou político é recebida do outro lado da barricada com quatro pedras na mão. Para citar alguns exemplos mais recentes, quem leu a resposta do investigador Gabriel Fernandes ao Combatente da Liberdade da Pátria Carlos Reis apercebeu-se que o artigo foi tão excessivo e intolerante que deixou a sensação que, fosse em tempos mais remotos, Fernandes desafiaria Reis para um duelo.

Sobre outra polémica, desta vez envolvendo o Escritor e Jurista Germano Almeida e o Sociólogo e Apresentador de Televisão Abraão Vicente, todos os bloguistas de plantão foram unânimes em concordar que a resposta do Escritor e Jurista ao jovem Abraão ia toda ela no sentido de que "mei tiston ka ten troku", chegando até a errar o nome do rapaz só para humilhá-lo mais um pouquinho.

Aliás, tanto Abraão Vicente como o compositor Kim Alves tinham sido anteriormente maltratados, julgados e condenados, em praça pública, por delito de opinião, sem que muitos dos seus algozes tivessem reflectido minimamente sobre a profundidade das reflexões deles.

A nível político, os últimos debates ha-

vidos na Casa Parlamentar levaram a classe política a ser avaliada negativamente pela população em virtude da utilização sistemática do argumentum *ad hominem* - em vez de atacar uma afirmação, ataca-se a pessoa que a proferiu - havendo um caso em que se tentou partir para o *argumentum baculinum* - em vez de argumentos, pancada - o que motivou a intervenção de um deputado da situação, a 6 de Dezembro do ano passado.

Mas como harmonizar a condição de País prestes a ser graduado a PDM e reino de vacas sagradas que somos, acima de toda e qualquer crítica, é o questionamento que se impõe. Já não é altura de começarmos a pensar, em virtude dos novos desafios que se afiguram ao País, em sermos mais tolerantes à crítica, mormente quando ela é construtiva? Afinal, ela é "elemento indispensável para pesar o valor real aos talentos, aos autores, aos verdadeiros criadores, e separar os génios dos mentirosos, dos aventureiros e dos oportunistas".

Resvalando um pouco para interpretações de cunho histórico-sociológico estas reacções violentas e desmesuradas deixam entrever que ainda estamos longe de resolver questões que se prendem à nossa raiz escravocrata, passado esse que moldou nossa estrutura de pensamento como ser social.

Algo leva-nos a pensar ainda que esta etapa primal da nossa história poderá explicar a sensação de nos sentirmos mais pobres do que realmente somos (Vide dados do QUIBB-

CV referente ao ano 2000), de sermos pouco solidários e incapazes de relativizar nossas necessidades perante a de outros - se é de graça, também quero -, esta ausência gritante de uma cultura do bom atendimento e o facto de estarmos pouco preocupados em salvar uma vida através da doação de sangue e, ao mesmo tempo, altamente comprometidos em sepultar nossos mortos para além de nossas posses, com pompa e circunstância.

Talvez esta etapa, ainda, explique essa mania de alguns propalarem aos quatro ventos não sermos africanos, apenas cabo-verdianos *tout court*, da nossa fraca capacidade reivindicativa e de, muitas vezes, as chefias tomarem medidas que mexem com a vida dos funcionários que estão sob sua tutela e, só depois, procederem à averiguação dos contornos legais e dos verdadeiros impactos da medida que tomaram.

O atraso, a extemporaneidade com que são tomadas certas medidas acarreta prejuízos, desde o mal-estar que causa entre os funcionários (com reflexos na produtividade e no relacionamento), passando pelo facto de retirar consistência às mesmas (o ter que voltar atrás), retirando autoridade às lideranças, mexendo até com as liberdades, direitos e garantias dos trabalhadores, redundando na maior parte das vezes no pagamento de avultadas indemnizações, com altos custos para o Estado.

A ILHA DO FOGO E A "MORTE" DA SOCIEDADE CIVIL

"... SE OS HABITANTES DE CADA ILHA NÃO PENSAREM DEVIDAMENTE A PRÓPRIA ILHA, QUEM O FARÁ POR ELES?" ANTÓNIO LUDGERO CORREIA

Luís Inácio Lula da Silva, actual presidente do Brasil no debate com o seu adversário Geraldo Alckemin na TV Record, afirmou que a diferença entre o seu Governo e os restantes que já governaram o Brasil residia no facto de que esses governos tinham governado apenas para trinta e cinco milhões de habitantes - **os ricos** e o dele governa para cento e noventa milhões de habitantes - **ricos e pobres**. Tal afirmação levou-nos a reflectir seriamente sobre os sucessivos governos de Cabo Verde e sobre a realidade cabo-verdiana durante esses 32 anos após a independência.

O governo da Primeira República (1975 - 1990) governou e concentrou demasiados esforços e recursos em Santiago e São Vicente; o primeiro da Segunda República que governou durante a década de 90 descentralizou um pouco a governação e fez com que as outras ilhas tivessem alguns investimentos. No entanto, estes continuaram a ser, grosso modo, em Santiago e São Vicente. Entretanto, foi nesse período que a ilha do Sal acelerou o seu progresso e crescimento devido à estratégia descentralizada daquele governo, dos esforços e da boa gestão da equipa de Basílio Ramos - um dos autarcas que mais se destacou nesse período. Basílio soube, estrategicamente, defender o seu município e aproveitou o curto tempo que por lá passou para colocar aquele município / ilha num patamar de desenvolvimento elevado. O município do Sal é, ainda hoje, um município em constante evolução sendo igualmente um dos municípios mais competitivos do país.

O último e actual governo que iniciou seu mandato em 2001 já fez e está a fazer muitos investimentos, mas estes estão sendo feitos mais em Santiago, São Vicente e Sal. Como se pode perceber, a ilha do Sal, devido à dinâmica empreendida na década de noventa entra no primeiro decénio do século XXI no eixo do crescimento, desenvolvimento e competitividade juntamente com a de Santiago e São Vicente. Nestes últimos anos, estamos a assistir à entrada de Boa Vista na mesma tendência de expansão e progresso. Acreditamos que esta última não está no mesmo patamar que as outras três mencionadas, mas consideramos que para lá caminha. Assistimos também bastante à pressão de Santo Antão, no sentido dela também entrar neste barco de crescimento, competição e desenvolvimento.

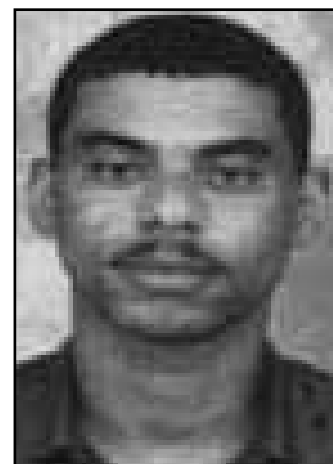
Todo este processo de ascensão depende da dinâmica interna de cada município, de cada ilha, dos seus governantes, da sociedade civil e, sobretudo, do governo central. Cabe, nesta óptica, a cada região, de forma altruísta evitando o quanto possível o bairrismo, reivindicar a sua quota-parte, a que tem direito, porque se não houver essa reclamação, a quota-parte do concelho ou ilha que não exige irá ser canalizada para os concelhos ou ilhas que reivindicam. Os que não se manifestam perdem o que têm direito e aqueles que estão em constante reivindicação conseguem, muitas vezes, para além do almejado. O que depreendemos, através da prática é que os concelhos e as ilhas que mais reivindicam estão mais desenvolvidos e mais competitivos do que aqueles que não usam essa arma. Os sucessivos governos de Cabo Verde deram e estão a dar mais atenção às ilhas supra mencionadas porque são aquelas onde o partido vem em segundo plano, ou seja, ao invés de defenderem o partido cegamente defendem, primeiro, o bem-estar das pessoas através de investimentos avultados na senda do seu crescimento e desenvolvimento e, se o partido que estiver no poder não conseguir fazer essas e outras execuções, perderá o voto da população.

No que concerne à ilha do Fogo durante a primeira

República, ela foi, de certa forma, esquecida e, paradoxalmente, o Primeiro-ministro era um fogueense. A partir da Segunda Republica, mais precisamente durante a década de 90 o governo central e o autarca do Fogo e depois de São Filipe desempenharam, contrariamente ao que se diz por aí, um papel importante no progresso do Fogo e de São Filipe. Foram muitas as críticas que o referido autarca fez ao então governo central no sentido deste colocar a ilha do Fogo no plano do desenvolvimento nacional. A ilha vivia nesse período um ritmo de crescimento aceitável e isto beneficiou-a, em certa medida, principalmente em termos de infra-estruturas e não só. Foi nesse período que a ilha ganhou um cais, dois Liceus, um aeroporto e muitas rede viárias e outras infra-estruturas importantes que revitalizaram muitas localidades. Os fogueenses devem ter a consciência de que o autarca do Fogo e depois de São Filipe, teve um papel importante nessas realizações que são do então governo e outras da iniciativa da própria Câmara. Já procedemos ao levantamento de boa parte das realizações em termos de infra-estruturas e serviços construídos e prestados por esta Câmara na década de 90 e temos a consciência de que se fossem realizadas apenas na cidade de São Filipe hoje teríamos uma outra cidade. Mas, a política de descentralização dos empreendimentos adoptada pelo autarca foi benéfica para toda a ilha. Hoje podemos dizer, sem sombra de dúvida, que em todas as localidades do município de São Filipe e do actual município de Santa Catarina encontramos uma marca do presidente da Câmara de São Filipe. A estratégia do presidente de criar as condições para que as populações resolvessem as suas necessidades na própria localidade tem contribuído bastante para a descentralização e autonomia das populações e beneficiou muito a ilha do Fogo. Podemos dizer que os dois primeiros mandatos do actual presidente da Câmara de São Filipe foram, com algumas reservas, determinantes para desencravar e estruturar a ilha rumo ao seu crescimento global.

Em 2001, com a mudança do governo central, em que a equipa que passa a sustentar o governo central passa a ser da mesma cor partidária que a que administra a Câmara de São Filipe, acreditávamos no período áureo do Fogo. Pensávamos que o presidente iria continuar com a mesma postura crítica e reivindicativa em relação ao governo tido durante a década de 90. Contudo, ao invés do que pensávamos, passamos a ter um presidente, a sua equipa e o comité do sector do partido que sustenta esses dois governos (central e local) a defenderem a manutenção do partido no poder a todo o custo e deixando a ilha ao "Deus dará". Nem a equipa camarária, nem o comité do sector e nem a sociedade civil se posicionam em defesa da ilha ou do(s) município(s).

No Fogo, com muito mais incidência do que nas outras ilhas a partir de 1990 com a fundação do MPD, cria-se uma "mentalidade" de difícil destruição e que tem causado grandes problemas ao progresso e ao desenvolvimento da ilha. Os fogueenses estão presos ao binómio PAICV-MPD e acabam por "matar" a sociedade civil. Se alguém disser uma verdade acerca do PAICV e que tal verdade mexe com o partido, as pessoas dizem logo "ele é MPD" e se disser algo em relação ao MPD dizem "ele é PAICV". Vivemos numa sociedade onde a sociedade civil deixa de ter a sua "vez" e a sua "voz" e percebe-se com nitidez que há uma tentativa por parte dos veteranos no poder em liquidar esta importante franja social. Com efeito, vivemos numa sociedade



ALBERTO NUNES*

onde as pessoas têm oportunidade se estão encaixadas no partido, mas do lado do presidente, aliás, estar no partido em São Filipe ainda não é condição para ser alguma coisa; tem de estar no partido e do lado do Sr. presidente. Quem não está dessa forma pode tirar o seu "cavalinho da chuva". Trata-se de um concelho onde os amantes do PAICV de Eugénio Veiga (e não do PAIGC/CV fundado por Cabral...) têm oportunidade para ser tudo, independentemente das condições que os cargos exigem, e podem acumular diversas funções, ganhando ótimos e vários salários, podendo ocupar qualquer emprego com isenção de concurso, podendo conseguir bolsa e vaga para o estudo fora do país independentemente da média, área de estudo e padrão de comportamento... Observando e analisando criticamente esta atitude podemos dizer que uma pessoa que entre no partido no Fogo consegue enriquecer muito mais rápido do que a ilha ou concelho onde ela está inserida, ou melhor, o crescimento pessoal de uma pessoa filiada no partido é duas ou três vezes mais rápido do que o da ilha ou o do concelho - **vivem para ver!**

Durante o governo de Eugénio Veiga, mais de metade da população de São Filipe não teve presidente. As pessoas identificadas com o MPD, as independentes, as do PAICV, mas que não simpatizam com o modelo de administração Eugéniana ficaram / ficam fora do eixo da sua tutela. Nem mantenha se quer. Este é o quadro da democracia implementada no Fogo, desde 1991, na lógica de "quem não está comigo é contra mim". Assim como ele governou / governa é fácil governar, pois tem chefiado apenas para os seus fiéis militantes. Nesta lógica de governação de excluir mérito e competência em benefício da militância partidária, encontramos no Fogo sempre alguém a dizer "A mi é PAICV d'abuso, n'ta vota na fulano d'abuso, ó és fazê ó és ca fazê n'ta vota na és"; e os mais esclarecidos dizem "eu voto para salvar a floresta e não o coelho". Com a sociedade a pensar e agir desta forma, não podemos esperar coisa alguma e nem tão-pouco se pode falar de voto de consciência ou de poder legitimado no seu verdadeiro sentido da palavra.

Quanto a nós, desde há muito, temos o sonho de que um dia Cabo Verde terá um governo que consiga governar as nove ilhas povoadas e para todos os seus habitantes, como também sonhamos com um Fogo livre das ameaças dos governantes, onde a consciência, competência e mérito se sobreponham ao cartão partidário do militante. Se nós os fogueenses não lutarmos juntos para mudar este quadro de coisas quem o fará por nós?

Cidade de São Filipe, 10 de Maio de 2007

*Professor/Historiador